

**35º Encontro Anual da Anpocs – GT 06: Desigualdade e estratificação social**

**Determinantes Sociais da Primeira Infância: um estudo sobre a família e a transmissão de desigualdades sociais na primeira infância em Minas Gerais<sup>1</sup>**

Igor Adolfo Assaf Mendes<sup>2</sup>

Frederico Poley Martins Ferreira<sup>3</sup>

Bruno Lazzarotti Diniz Costa<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Esse trabalho foi possibilitado a partir de financiamento de pesquisa pela FAPEMIG.

<sup>2</sup> Mestrando em sociologia pela UFMG e bolsista. Bolsista de mestrado pela FAPEMIG.

<sup>3</sup> Diretor do Centro de Estatística e Informação (CEI) – Fundação João Pinheiro

<sup>4</sup> Doutor em Ciências Humanas: sociologia e política. Professor e pesquisador da escolaEscola de governoGoverno – Fundação João Pinheiro

## **Resumo**

A população brasileira passou nos últimos anos mudanças profundas nas relações sociais, que incluem o processo de urbanização; a industrialização; a difusão de formas capitalistas de produção; a expansão da educação e outras transformações que alteraram significativamente várias dimensões das relações sociais. As desigualdades sociais de origem resultam em condições de socialização diferenciadas, e essas experiências, nos primeiros anos de vida, são fortes determinantes da trajetória de vida dos indivíduos, das oportunidades a que terão acesso e das condições de seu aproveitamento. Diante deste processo e da tendência de transmissão intergeracional das desigualdades, este trabalho busca caracterizar a situação da população na primeira infância em Minas Gerais a partir dos recursos de que suas famílias dispõem e das possibilidades da transmissão de desigualdades a partir do ambiente familiar.

## **Apresentação**

Estudos relativos às mudanças populacionais no Brasil demonstram que há uma crescente preocupação com a futura redução da PEA (população economicamente ativa). Essas mudanças demográficas foram acompanhadas de transformações econômicas e sociais, que tiveram proporcional impacto na população e têm alterado vários aspectos da estrutura da sociedade brasileira em poucas décadas. Tais mudanças incluem o processo de urbanização; a industrialização; aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho; a expansão da educação e outras transformações que alteraram as relações sociais, inclusive espacialmente. No entanto, não foram suficientes para que se superassem as graves desigualdades sociais brasileiras. Resultam destas desigualdades sociais condições de socialização diferenciadas, que tendem a reproduzir as primeiras (HASENBALG, 2003). Sendo o primeiro ambiente de socialização dos indivíduos, a família exerce importante papel na determinação da trajetória de vida dos seus membros e na transmissão das desigualdades.

Este trabalho busca caracterizar situação da primeira infância (0 a 6 anos de idade) no estado de Minas Gerais a partir dos dados referentes às famílias destas crianças e as possibilidades da transmissão de desigualdades a partir deste ambiente<sup>5</sup>, dada a importância desta fase da vida na reprodução das desigualdades, conforme salientado por órgãos internacionais (UNICEF, 2008) e por estudos como o de SCHADY (2006) e FREITAS e SHELTON (2005).

A análise da situação de socialização desta população será desenvolvida a partir do que a literatura<sup>6</sup> chama de Recursos Familiares: fatores, ou bens, materiais ou imateriais, que têm capacidade de satisfazer as condições necessárias para um desenvolvimento saudável dos membros de uma família. A abordagem principal deste trabalho será centrada em três ordens relevantes de recursos familiares consideradas pelos estudos da área, de que as famílias/domicílios podem dispor e que impactam o desenvolvimento saudável com oportunidades de melhoria social para as crianças.

---

<sup>5</sup> Para tal objetivo serão utilizados dados da Pesquisa de Amostra de Domicílios (PAD) realizada pela Fundação João Pinheiro em 2009.

<sup>6</sup> SILVA e HASENBALG, 2002; HASENBALG, 2003 - A

## **Recursos Familiares: três capitais básicos**

- **O Capital Social:** é um recurso referente às relações sociais desenvolvidas pelos indivíduos e o que pode ser obtido em termos sociais ou materiais em função da participação de determinados grupos. O capital social não está nos indivíduos, mas nas suas relações com os integrantes do grupo o qual participa (COLEMAN, 1988), e pode ser avaliado tanto em função da natureza das relações do grupo, quanto em função da extensão destes. No caso da população na primeira infância, refere-se principalmente às relações familiares do domicílio de moradia da criança. As relações serão analisadas a partir da classificação do tipo de arranjo familiar, enquanto uma medida de extensão será a razão de dependência do domicílio (número de crianças dividido pelo número de adultos do domicílio);

- **O Capital Cultural:** Devido ao papel da educação formal nas sociedades contemporâneas, o capital cultural tende a ser um recurso que favorece a mobilidade social, tanto por via de profissões economicamente mais vantajosas, quanto por status social e profissional. Indivíduos que estão sujeitos à convivência com pais e mães com escolaridades mais altas têm tendência a adquirir níveis mais altos de educação formal<sup>7</sup>. Vários tipos de argumentos sustentam este tipo de afirmação: a valorização da educação pela família, a capacidade de auxiliar e acompanhar os estudos dos filhos, as condições de que a família dispõe para avaliar a educação recebida e exigir melhorias, entre outros. Essa informação permitirá a comparação entre as diferentes gerações da família e uma avaliação do “clima cultural” a que as crianças estão sujeitas. Assim, os recursos referentes a uma educação formal presentes na família serão analisados através da escolaridade do responsável pelo domicílio;

- **O Capital Econômico:** são os recursos materiais disponíveis, a renda e a riqueza material das famílias, que podem ser revertidos em acesso a outros bens e serviços, traduzidos em: moradia; alimentação adequada; serviços de saúde; educação de qualidade<sup>8</sup>; bens de consumo duráveis; e outros bens que

---

<sup>7</sup> Como já foi demonstrado em estudos por SILVA(2003), HASENBALG (2003) e FERNANDES (2001).

<sup>8</sup> O capital econômico pode ser revertido em capital cultural para os indivíduos.

tendem a proporcionar condições mais favoráveis ao desenvolvimento, à manutenção ou ascensão social dos indivíduos no futuro.

O Capital Econômico é normalmente medido pela renda familiar *per capita*, que é uma medida aproximada dos recursos disponíveis para cada um dos membros.

Também será apresentada a proporção de famílias de crianças na primeira infância com renda *per capita* abaixo das linhas de pobreza e indigência, medidas a partir dos valores padronizados pelo relatório da PAD/MG para as regiões urbanas (Fundação João Pinheiro, 2010).

Foram constatadas as desigualdades sociais, econômicas e educacionais às quais estas crianças estão sujeitas nos primeiros anos de vida, o que tende a exercer forte influência nas suas trajetórias de vida futuras e de contribuir para a transmissão intergeracional das desigualdades.

Neste sentido, os dados apresentados têm como intuito subsidiar futuras análises sobre a situação da população infantil de Minas Gerais, distribuída entre as dez regiões de planejamento do estado, tendo com referência seus domicílios, levando em conta um importante aspecto da realidade deste segmento, que são suas condições familiares.

## **Os Recursos Familiares das Famílias das Crianças na Primeira Infância**

Para a finalidade deste trabalho serão utilizadas as informações secundárias da Pesquisa de Amostra Domiciliar de Minas Gerais (PAD/MG). A PAD/MG é uma pesquisa amostral bienal realizada pela Fundação João Pinheiro e, segundo seu relatório metodológico “objetiva subsidiar o desenho e o monitoramento das políticas públicas por meio da produção de informações socioeconômicas” (Fundação João Pinheiro, 2010). Diferentemente da PNAD, realizada pelo IBGE, a PAD/MG é representativa para as dez Regiões de Planejamento (RP)<sup>9</sup> e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) por fornecer alto grau de desagregação territorial<sup>10</sup>.

Realizar-se-á uma análise comparativa simples das RPs de Minas Gerais e os indicadores de Recursos Familiares correspondentes a cada uma. As informações levantadas foram agregadas por domicílio e procuram representar os distintos tipos de Recursos Familiares.

### **Capital Social: relações familiares**

Segundo COLEMAN (1988), o capital social pode ser convertido em capital humano, uma medida de qualificação do indivíduo, que geralmente se traduz em chances de progresso social e econômico para o mesmo. Diferente de outros tipos de capital, o capital social encontra-se nas relações entre indivíduos, ou seja, os laços de relacionamento estabelecidos entre eles. No caso da população que se encontra na primeira infância, a principal (e freqüentemente única) fonte de capital social é a família, onde ocorre a primeira socialização. As relações familiares, portanto, determinam os possíveis laços a serem estabelecidos.

Será apresentada uma classificação destes domicílios, segundo um critério que tenha como foco os aspectos da organização familiar, na medida em que a teoria do Capital Social não toma como referência indivíduos isolados, mas

---

<sup>9</sup> A divisão do estado de Minas Gerais em Regiões de Planejamento (RP) é uma divisão territorial adotada pelo governo do estado que estabelece dez regiões de planejamento a fim de focalizar políticas públicas de acordo com as características próprias de cada região.

<sup>10</sup> As informações que serão apresentadas neste trabalho correspondem ao levantamento do ano de 2009.

localizados em núcleos de convivência. O formato desses núcleos, ou arranjos, influencia a forma como os recursos, financeiros e/ou não-financeiros, serão distribuídos. Daí a importância para a análise que se segue em conhecer como se dão tais arranjos familiares. De acordo com MEDEIROS (2000), este conhecimento pode auxiliar os gestores de políticas públicas, pois:

a) as relações entre membros da família podem ter implicações que geram externalidades positivas ou negativas à sociedade; b) as características das famílias podem ser usadas como critérios de focalização; c) as famílias podem ser usadas para conceber, executar ou controlar programas; e d) as políticas sociais podem afetar e ter seus objetivos afetados pelas diferentes formas de organização familiar. (MEDEIROS, 2000, pp. 47 e 48)

Nesse sentido, elaborou-se uma classificação para a composição familiar que levasse em conta a presença de um casal responsável pela criança no domicílio, e a partir daí as relações com outros indivíduos que pudessem estar presentes. A classificação do Tipo de Arranjo Domiciliar (TAD) estabeleceu as seguintes categorias, a partir de sugestão de HASENBALG (2003):

- Casal com filho(s), cujo responsável pelo domicílio é pai ou mãe da(s) criança(s) que vive com companheiro/a<sup>11</sup> ;
- Mãe com filhos, cujo responsável pelo domicílio é a mãe de criança(s) presente(s) no domicílio e que vive sem companheiro;
- Casal com filho(s) e parentes, domicílios em que a família nuclear (pai, mãe e filhos) divide moradia com outros parentes (avós, sogras, irmãos, tios);
- Mãe com filhos e parentes, em que nos domicílios mora uma mãe sem companheiro, com filho(s) e outros parentes (avós, sogras, irmãos, tios);

---

<sup>11</sup> Não é possível, a partir dos dados da PAD/MG, definir padrastos ou madrastas, pois as perguntas sobre a relação com o responsável pelo domicílio agruparam filho e enteado na mesma categoria.

- Outros, quaisquer outros tipos de arranjo familiar em que há presença de criança(s) morando com outros parentes como responsáveis assim como os que apresentaram pais sem companheira. A opção de agrupar estes arranjos nessa categoria se deve à sua baixa frequência.

De forma geral, no estado de Minas Gerais, entre os domicílios onde residem famílias com crianças e adolescentes, predomina o tipo de arranjo “casal com filhos”, como pode ser conferido na tabela 1.

**Tabela 1 - Distribuição por tipo de arranjo domiciliar dos domicílios com crianças e adolescentes nas regiões de planejamento de Minas Gerais - 2009 - (percentagem)**

Região de Planejamento	Casal com filhos	Mãe com filhos	Casal com filhos e parentes	Mãe com filhos e parentes	Outros	Total
Norte	70,8	7,9	2,6	10,3	8,4	100,0
Rio Doce	66,3	9,2	3,5	11,4	9,6	100,0
Zona da Mata	68,7	11,9	3,1	10,6	5,8	100,0
Noroeste	66,4	11,6	1,8	12,4	7,8	100,0
Central	69,5	8,3	3,5	11,0	7,7	100,0
Sul	69,2	9,6	1,8	11,5	7,9	100,0
Triângulo	63,0	11,2	3,6	13,8	8,4	100,0
Alto Paranaíba	71,2	8,6	2,0	11,2	7,0	100,0
Centro-Oeste	72,1	9,0	1,2	12,3	5,4	100,0
Jequitinhonha/Mucuri	66,0	9,3	1,7	13,0	10,0	100,0
RMBH	65,4	10,8	3,3	14,3	5,9	100,0
Minas Gerais	67,4	10,1	2,8	12,5	7,2	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informação (CEI), Pesquisa de População por Domicílio de Minas Gerais (PAD) 2009

A tendência permanece quando analisamos a situação das crianças na primeira infância, o foco deste trabalho. Na tabela 2, pode-se verificar a mesma distribuição para as famílias com membros na faixa etária de 0-6 anos.



**Tabela 2 - Tipo de arranjo domiciliar dos domicílios com crianças de 0 - 6 anos por região de planejamento - MG - 2009**

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Casal com filhos</b>	<b>Mãe com filhos</b>	<b>Casal com filhos e parentes</b>	<b>Mãe com filhos e parentes</b>	<b>Outros</b>
Norte	72,7	5,9	4,3	12,6	4,6
Rio Doce	70,1	7,8	5,4	11,6	5,1
Zona da Mata	71,4	10,1	4,0	11,0	3,5
Noroeste	76,1	5,7	3,2	12,0	3,0
Central	71,5	4,4	7,0	13,3	3,9
Sul	70,6	7,3	3,0	14,8	4,3
Triângulo	63,2	8,2	5,6	18,4	4,6
Alto Paranaíba	76,1	5,7	2,8	12,1	3,2
Centro_oeste	76,7	4,3	2,1	13,1	3,7
Jequi/Mucuri	72,2	5,8	1,5	15,1	5,4
RMBH	70,2	5,4	5,6	16,6	2,2
MG	71,0	6,5	4,5	14,4	3,6

Fonte: Fundação João Pinheiro, elaboração própria

Em todas as regiões, verifica-se a predominância da presença do pai e da mãe no domicílio, totalizando 75,5% dos casos de MG, o que, *coeteris paribus*, pode indicar condições de desenvolvimento mais favoráveis para as crianças, tendo em vista que, com a presença de ao menos dois adultos, há melhores chances de contar com maior renda e cuidado. Chama a atenção o fato de que a proporção de arranjos monoparentais femininos (mãe com filhos) seja maior nas regiões com melhores indicadores socioeconômicos, como Zona da Mata e Triângulo Mineiro: 22% e 26%, respectivamente.

No entanto, mesmo no conjunto das famílias monoparentais, predominam aquelas em que as mães vivem com outros parentes além dos filhos. Este pode ser um indicador positivo, na medida em que, como foi salientado, o número maior de adultos pode favorecer os cuidados com as crianças. Portanto, a importância desta análise reside em não só determinar a presença dos pais,

mas também em verificar as condições de socialização, considerando o contato com outros indivíduos no domicílio que possam colaborar com o seu cuidado<sup>12</sup>.

Para avaliar, ainda que de maneira bastante imperfeita, estas condições de socialização e cuidado, calculou-se uma taxa de dependência das crianças em relação aos adultos presentes no domicílio. O valor deve ser interpretado como o número de adultos residentes no domicílio para cada criança. Assim valores mais altos representam piores condições, pois indicam maior probabilidade das crianças não estarem acompanhadas por outros adultos. Valores menores, por sua vez, representam condições mais favoráveis de acompanhamento e cuidado.

Apresentadas abaixo as médias da razão de dependência para cada RP mineira:

**Tabela 3 - Razão de dependência<sup>13</sup> dos domicílios com crianças de até 6 anos de idade por RP - PAD/MG 2009**

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>
Norte	0,20	5,0	1,16
Rio Doce	0,20	6,0	1,00
Zona da Mata	0,14	6,0	0,93
Noroeste	0,17	8,0	1,10
Central	0,13	4,5	0,91
Sul	0,17	5,0	1,09
Triângulo	0,14	4,0	0,95
Alto Paranaíba	0,17	6,0	0,95
Centro-Oeste	0,14	6,0	0,89
Jequitinhonha/Mucuri	0,20	5,0	1,09
RMBH	0,14	5,0	0,99
MG	0,13	8,0	1,01

Fonte: Fundação João Pinheiro, elaboração própria

Entre as famílias com crianças de até 6 anos em Minas Gerais, há em média um adulto para cada criança, o que representa maiores possibilidades de seguridade para as crianças e expressa as conseqüências das rápidas e intensas transformações demográficas por que passa a sociedade brasileira. Os valores mantiveram-se próximos com poucas variações entre as RPs. No

<sup>12</sup> Por exemplo, a presença de algum tio ou avô da criança pode ser considerada como menor probabilidade de que a criança se encontre sozinha ou aos cuidados de outra criança.

<sup>13</sup> Número de crianças residentes no domicílio dividido pelo número de adultos.

entanto, apesar de diferenças médias não tão significativas, ainda é possível notar desigualdades regionais. O Norte, região particularmente vulnerável do estado foi o que apresentou a maior razão de dependência – 1,16. Em seguida a região Noroeste, com 1,1; já o Centro-Oeste teve a menor razão de dependência (0,89).

Se comparados por TAD, os domicílios de tipo “mãe com filhos” apresentam valores muito mais altos do que do outros tipos de arranjo. Estes valores podem indicar uma tendência cultural onde as mulheres são consideradas responsáveis pelas pessoas vulneráveis da família – crianças, idosos e deficientes – principalmente em situações de separação/divórcio, onde há uma tendência da mulher ser responsável pelos filhos, já apontada anteriormente em outros trabalhos<sup>14</sup>.

**Tabela 4 - Razão de dependência das famílias com crianças de até 6 anos de idade por TAD - PAD/MG 2009**

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Média</b>
Casal com filhos	0,98
Mãe com filhos	2,22
Casal com filhos e parentes	0,48
Mãe com filhos e parentes	0,77
Outros	0,91

Fonte: Fundação João Pinheiro, elaboração própria

Dentre as informações captadas pelos dados da PAD/MG, pôde-se verificar que, apesar da atual predominância dos domicílios de tipo “casal com filhos”, há uma heterogeneidade na composição das famílias mineiras das crianças na primeira infância. Ainda assim, há número significativo de famílias compostas por mães sem companheiros. As RPs, apesar de algumas diferenças, apresentaram proporções similares de razão de dependência, próximos de uma adulto para cada criança.

<sup>14</sup> IPEA, 2010; FERREIRA, 2001; GOLDANI, 1999

## Capital Econômico: renda familiar

O capital econômico das famílias foi medido através dos recursos financeiros disponíveis. Será apresentado por Renda Domiciliar Per Capita (RDPC), pois o valor da renda domiciliar total, ao ser dividido entre os moradores, pode ser considerado um indicador aproximado dos recursos econômicos disponíveis para o investimento na melhoria da qualidade de vida das crianças, como gastos em educação ou saúde.

A tabela 5 apresenta distribuição das famílias com crianças de até 6 anos, por quintil de renda e região de planejamento.

**Tabela 5: Quintil de renda domiciliar per capita das famílias com crianças de até 6 anos de idade por região de planejamento – MG 2009**

<b>Região de Planejamento</b>	<b>1º Quintil</b>	<b>2º Quintil</b>	<b>3º Quintil</b>	<b>4º Quintil</b>	<b>5º Quintil</b>
Norte	45,5	28,2	12	8,3	5,9
Rio Doce	25,5	26	19,5	13,5	15,5
Zona da Mata	22,9	24,5	18,6	16,2	17,7
Noroeste	21,6	28,6	18,9	16,7	14,2
Central	24,6	26,5	23,5	14,6	10,8
Sul	20,6	22,9	24	15,7	16,9
Triângulo	19,1	16,9	22,3	19,5	22,2
Alto Paranaíba	16,1	20,9	24,3	19,5	19,2
Centro-Oeste	6,6	20,6	21	25	26,8
Jequitinhonha/Mucuri	39,6	25,3	16,9	7,5	10,6
RMBH	17	19,6	21,9	22,7	18,8
MG	23	22,7	20,3	17,3	16,6

Fonte: Fundação João Pinheiro 2009, elaboração própria

De maneira geral, as famílias com crianças de até 6 anos de idade em Minas Gerais concentram-se nos três quintis mais baixos de RDPC. Nota-se, porém, grande desigualdade regional na renda das famílias com crianças pequenas, em desfavor, como era de se esperar, das regiões mais pobres do estado. As RPs Norte e Jequitinhonha/Mucuri são as que apresentam condições de maior vulnerabilidade, sendo a região Norte aquela com piores condições: mais de 70% da sua população na faixa etária estudada ( 73,7%) encontra-se nos dois quintis mais baixos, (45,5% no primeiro quintil e 28,2% no segundo), corroborando a idéia corrente de infantilização da pobreza.

Na tabela 6, abaixo, há a distribuição dos tipos de arranjo domiciliar por quintil de renda.

**Tabela 6 – Distribuição das famílias com crianças de até 6 anos por quintil de renda domiciliar per capita segundo tipo de arranjo domiciliar – PAD/MG 2009**

<b>Tipo de arranjo familiar</b>	<b>1º Quintil</b>	<b>2º Quintil</b>	<b>3º Quintil</b>	<b>4º Quintil</b>	<b>5º Quintil</b>	<b>Total</b>
Casal com filhos	23,2	23,0	19,5	17,3	17,0	100
Mãe com filhos	40,5	27,0	16,2	6,9	9,4	100
Casal com filhos e parentes	9,5	15,3	31,6	23,5	20,0	100
Mãe com filhos e parentes	19,8	21,9	22,1	19,4	16,8	100
Outros	18,7	22,2	21,5	21,9	15,7	100

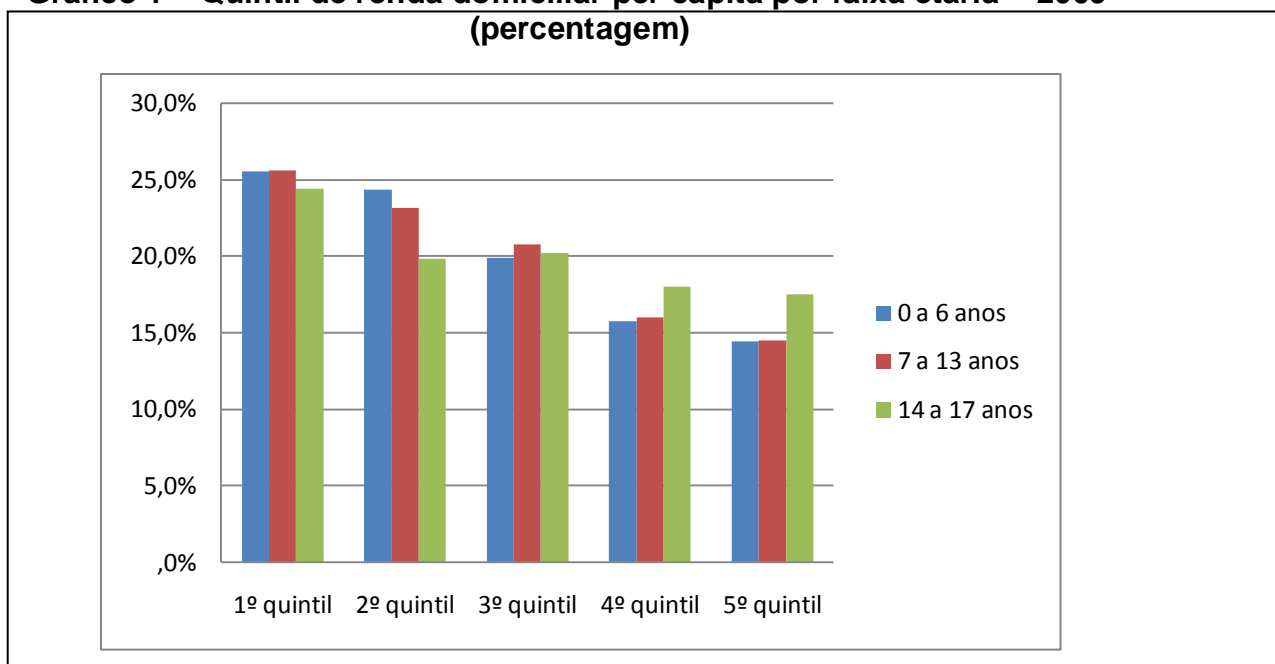
Fonte: Fundação João Pinheiro 2009, elaboração própria

Segundo os dados, em 2009, os domicílios compostos por famílias do tipo “mãe com filhos”, entre as famílias de crianças na primeira infância, mostravam-se em condições econômicas francamente desfavoráveis, sendo que 40,5% encontrase no primeiro quintil de RDPC<sup>15</sup>, .

No gráfico 1, há uma comparação da distribuição dos grupos etários da população de 0 a 17 anos de idade pelos quintis de RDPC. Há uma tendência observável de redução na participação nos quintis superiores de renda para os grupos 1 (0 a 6 anos) e 2 (7 a 13 anos), enquanto a presença do grupo 3 (14 a 17 anos) aumenta nos quintis mais altos de renda. O nível de renda pode ser um fator de seletividade diante do fator idade. Uma das hipóteses para explicar esta distribuição é a probabilidade das famílias com renda mais baixa de terem um número maior de crianças na casa, ou seja, haver uma taxa de fecundidade maior no grupo de famílias de renda mais baixa. (mais pobres tem mais filhos, e mais jovens). Outra é a idade – e, portanto, experiência – do chefe de família, o que tende a estar associado a renda mais alta; outra possibilidade ainda é que, nas famílias com adolescentes mais velhos, eles (os adolescentes) contribuam com o orçamento familiar. No entanto, não foi possível, no âmbito deste trabalho, avaliar estas hipóteses.

<sup>15</sup> Os níveis de renda destes domicílios em salários mínimos por RP pode ser visto na tabela 1 do anexo deste artigo.

**Gráfico 1 – Quintil de renda domiciliar per capita por faixa etária – 2009 – (percentagem)**

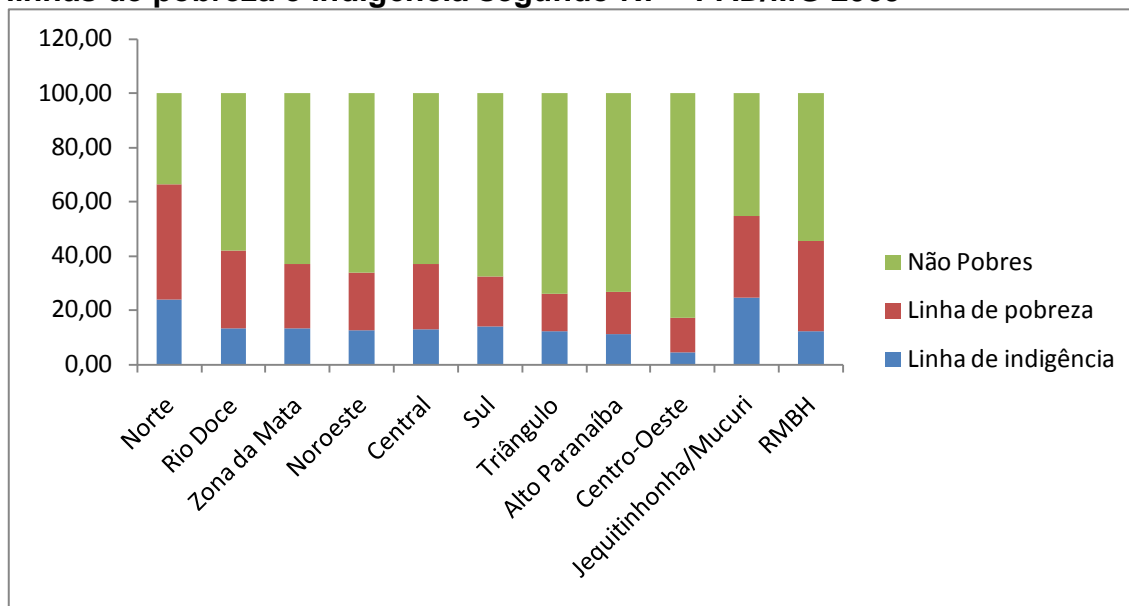


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informação (CEI), Pesquisa de População por Domicílio de Minas Gerais (PAD) 2009

A fim de estabelecer com mais precisão a quantidade de famílias em condição de vulnerabilidade social, procurou-se avaliar a proporção de domicílios com crianças de 0 a 6 anos que se encontram em situação de pobreza ou indigência. Utilizou-se neste trabalho os valores de linha indigência e de pobreza estabelecida para a análise da PAD/MG em 2009 (Fundação João Pinheiro, 2010). Foi estabelecida a linha de pobreza para as RPs de R\$ 149,62, sendo que para a RMBH o valor é de R\$ 222,54, A linha de indigência foi de R\$ 56,69 para as RPs e de R\$ 65,78 na RMBH. Portanto, utilizando a linha de corte sugerida, apresenta-se no gráfico 2<sup>16</sup> a situação das famílias das crianças na primeira infância em Minas Gerais.

<sup>16</sup> Os dados do gráfico se referem a tabela 3 do anexo.

**Gráfico 2 - Famílias com crianças de até 6 anos de idade de acordo com linhas de pobreza e indigência segundo RP - PAD/MG 2009**



Fonte: Fundação João Pinheiro 2009, elaboração própria

As RPs Norte e Vale do Jequitinhonha apresentaram o maior número de famílias com crianças de 0 a 6 anos com RDPC abaixo da linha de indigência. Como foi salientado anteriormente, o capital econômico é um importante insumo para a obtenção de outros bens e serviços que favorecem melhores condições de um desenvolvimento saudável, como acesso a saúde e alimentação de qualidade. As duas regiões apresentaram valores em torno de 25%, revelando condições desfavoráveis de renda para uma parte significativa das crianças com até 6 anos. Já na região Norte, nota-se a alta incidência de pobreza, chegando a cerca de 70% dos domicílios com crianças de 0 a 6 anos. Chama atenção também o valor da RP Centro-Oeste, com menos de 10% (4,5%) das famílias com crianças na primeira infância sujeitas à condição de extrema pobreza, reforçando seus melhores resultados gerais no quesito renda.

## Capital Cultural

O capital cultural, conforme se discutiu, define-se, para os objetivos deste trabalho, a partir do “clima educacional” do domicílio. Optou-se aqui por medi-lo a partir da escolaridade do responsável pelo domicílio, apresentada em termos de nível de ensino alcançado<sup>17</sup>. Abaixo os dados são apresentados, por Região de Planejamento, na tabela 7.

**Tabela 7 - Grau de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios onde residem crianças com idade de 0-6 anos por região de planejamento - PAD/MG 2009**

Região de Planejamento	Escolaridade					Total
	Nunca estudou	Fundamental incompleto	Fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Superior/Pós-graduação	
Norte	14,7	50,4	10,4	23,4	1,1	100
Rio Doce	13,2	49,4	17,8	19,4	0,3	100
Zona da Mata	10,1	37,3	26	22,9	3,6	100
Noroeste	10,4	33,2	17,9	33,9	4,8	100
Central	11,9	39,6	16,5	30,8	1,2	100
Sul	11	32,9	22,1	29,8	4,2	100
Triângulo	9,4	28,2	24,3	36,1	2,1	100
Alto Paranaíba	7,7	28,6	26,9	33,8	3,1	100
Centro-Oeste	8,4	30	20,1	39,2	2,4	100
Jequi/Mucuri	25,9	42,1	10,8	19,9	1,4	100
RMBH	4,5	29,4	24,3	38,6	3,2	100
Minas Gerais	10,4	36,9	20,3	29,9	2,5	100

Fonte: Fundação João Pinheiro, elaboração própria

Os responsáveis pelos domicílios com os graus de escolaridade mais baixos encontram-se na RP do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, sendo que 25,9% declarou não ter nenhum grau de estudo formal, enquanto a RP Centro-Oeste apresentou os melhores resultado com 38,6% dos responsáveis tendo declarado ter ensino médio completo. De maneira geral, em Minas Gerais, mais de 50% dos responsáveis pelos domicílios (67.6%) declarou ter até ensino médio incompleto, o que revela uma condição precária, tanto em função das

<sup>17</sup> Calculou-se o nível de ensino alcançado pela variável de anos de escolaridade completa. Optou-se por apresentar os dados desta forma para facilitar a apresentação por Região de Planejamento.



possibilidades de qualificação profissional desta população, quanto na qualidade do acompanhamento escolar que pode ser oferecido para essas crianças.

De outro lado, se se analisa a conclusão da escolaridade obrigatória (ensino fundamental), pelo chefe dos domicílios com crianças até 6 anos de idade, verifica-se que, no estado, quase metade dos chefes não teve condições de completar a escolaridade obrigatória. Além disto, há uma forte desigualdade no estado, fortemente desfavorável às regiões mais vulneráveis, em que mais de 60% dos chefes de família não concluíram o ensino fundamental.

Procedendo da mesma forma para os tipos de arranjo domiciliar, obteve-se o seguinte resultado na tabela 8:

**Tabela 8 - Grau de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios onde residem crianças com idade de 0-6 anos por tipo de arranjo domiciliar (TAD) - PAD/MG 2009**

TAD	Grau de Escolaridade					Total
	Nunca estudou	Fundamental incompleto	Fundamental completo ou médio incompleto	Ensino médio completo ou superior incompleto	Superior/Pós-graduação	
Casal com filhos	5,1	36,8	21,7	33,7	2,6	100
Mãe com filhos	7,5	37,5	19,7	28,2	7,1	100
Casal com filhos e parentes	26,8	39,3	14,7	17,2	1,9	100
Mãe com filhos e parentes	28,1	39,5	16,9	15,1	0,3	100
Outros	43,1	26	10,3	20,6	0	100

Fonte: Fundação João Pinheiro, elaboração própria

Os domicílios com os piores indicadores de escolaridade foram os de TAD que apresentam o núcleo familiar expandido (residem outros parentes além da criança e os pais), que são “mãe com filhos e parentes”, “casal com filhos e parentes”, e “outros”. Todos eles apresentaram índices altos de responsáveis que não declararam nenhum grau de escolaridade formal ou não completaram o ensino fundamental.

Em relação à educação da população na primeira infância, a frequência à pré-escola pode ser um indicador conveniente para determinar a capacidade destas crianças de no futuro obter maior sucesso nos primeiros anos de ensino fundamental (HASENBALG, 2003-B). O nível de educação pré-escolar tem se

tornado alvo de políticas educacionais mais recentes pela afirmação de sua importância, como na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e no Fórum Mundial de Educação (2000), além de ser um direito garantido pela constituição federal. KAPPEL (2007) chama atenção para o Plano Nacional de Educação 2001 e suas metas. A primeira meta era de que a educação infantil atingisse até 2005 a cobertura de 60% da população entre 4 e 6 anos de idade e até o final da década (2010 e 2011) atingisse 80%. De acordo com o texto, apenas a região Sudeste teria condições de atingir tal índice. Haverá um resultado mais próximo da situação real com a publicação do Censo 2010, confirmando ou não se a meta foi atingida. No entanto, podemos estimar seu alcance em Minas Gerais com os dados da PAD/MG 2009.

**Tabela 9 - Freqüência à escola ou creche entre crianças de 0-6 anos em MG - PAD/MG 2009**

Idade	Freqüente escolar			Total
	Sim	não	N.S.	
0	1,3%	98,3%	,4%	100%
1	4,2%	95,8%	,0%	100%
2	15,1%	84,9%	,0%	100%
3	31,8%	68,2%	,0%	100%
4	58,5%	41,3%	,3%	100%
5	79,8%	20,2%	,0%	100%
6	94,8%	5,0%	,2%	100%
<b>Total</b>	<b>43,1%</b>	<b>56,8%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro 2009, elaboração própria

De acordo com os dados da tabela 9, em 2009, 78% das crianças com idade entre 4 e 6 anos, estavam matriculadas na pré-escola, ou seja, ainda não havia se alcançado a meta da PNE 2001, no entanto é provável que nos últimos anos a meta tenha sido alcançada. Note-se, porém, que este resultado é fortemente influenciado pela freqüência à escola das crianças de 6 anos, beneficiadas pela extensão do ensino fundamental e da escolaridade obrigatória. Nas faixas de 4 e 5 anos de idade, o acesso à educação infantil ainda é problemático.

Em síntese, pode-se afirmar que, em Minas Gerais, de maneira geral, a situação do “clima cultural” das famílias das crianças apresenta-se comparativamente

precário, pois uma alta proporção dos responsáveis pelos domicílios declarou ter ensino fundamental incompleto, situação que se agrava em regiões como Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Norte, onde se apresenta grande percentual de indivíduos sem ensino formal e nos domicílios com núcleo familiar estendido.

## **Considerações Finais**

Este trabalho, com propósitos eminentemente descritivos, procurou mostrar em que condições familiares tem se dado o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos em Minas Gerais. O recorte etário considerou, de um lado o aspecto crítico para as oportunidades futuras e a vulnerabilidade específica deste grupo de idade. Por outro, porque permite tematizar, dadas as possibilidades de transmissão das desigualdades de origem, em que medida as condições de socialização das crianças menores apontam para a reprodução ou superação destas desigualdades. Para avaliar estas condições, optou-se por utilizar três ordens de recursos familiares: capital social, capital cultural e capital econômico. As análises levaram em conta dois tipos de recortes, além do etário: os tipos de arranjo familiar e as especificidades regionais.

Verificou-se, segundo os dados apresentados, que os domicílios de “Mães com Filhos” são os de maior fragilidade. Apesar do aumento da sua participação nos últimos anos, tanto em termos relativos quanto em absolutos (IPEA, 2010), ainda há muitos fatores que contribuem para situações de risco social. Provavelmente esta tendência é reforçada do ponto de vista cultural, tendo em vista que a mulher ainda é vista como responsável pelos familiares que tem necessidade de algum cuidado diferencial ou os que participam menos da economia doméstica, como crianças e idosos (FERREIRA, 2001; GOLDANI, 1999). Este aspecto tende a influenciar tanto nos casos de separação, quando a mãe costuma ficar com os filhos, quanto no caso de adiamento da saída da residência dos pais, tendência reforçada nos casos de mulheres solteiras.

Domicílios com a presença de outros parentes além dos pais e filhos, apresentaram situações mais variadas, mas em sua maioria também apresentam características que reforçam a situação de desigualdade, como a baixa escolaridade dos responsáveis e menores níveis de renda. Os de tipo “outros” apresentaram resultados semelhantes e parecem reforçar a tendência de situação de vulnerabilidade para as crianças que vivem sob a responsabilidade de outros parentes, ou sem a presença da mãe.

Em Minas Gerais, ainda predomina o arranjo domiciliar de tipo “Casal com Filhos”, superando 70% do total dos domicílios onde reside a população na primeira infância. Estes domicílios foram os que apresentaram, comparativamente aos outros arranjos, o acesso a recursos familiares mais favoráveis. Na maioria das análises feitas, são os domicílios com melhores indicadores de escolaridade, renda e razão de dependência.

O trabalho mostrou também que o estado de Minas Gerais, no que concerne as condições de vida das crianças menores, apresenta, como em outros aspectos, significativa desigualdade regional. A RP Centro-Oeste apresentou os melhores indicadores de renda entre as demais regiões. Em relação aos indicadores de capital cultural, a região se encontra, juntamente com a RMBH, com os melhores resultados para os responsáveis pelos domicílios. Aproximadamente 40% dos responsáveis declararam ter, ao menos, ensino médio completo. Já as RPs Norte e Vale do Jequitinhonha/Mucuri apresentaram os piores resultados tanto no que se refere aos recursos culturais quanto aos econômicos. Tais indicadores demonstram que, quanto às dimensões analisadas, a superação das desigualdades regionais é um desafio e que há, na verdade, um conjunto de fatores que favorecem a transmissão intergeracional destas disparidades.

É necessário reforçar, porém, que resultados favoráveis em um dos indicadores não se traduzem por si só em condições favoráveis para um crescimento saudável ou desenvolvimento social. Em primeiro lugar, a mobilidade e o desenvolvimento saudável depende de um conjunto estruturado de oportunidades, que crie um contexto favorável de escolhas para as famílias. Em segundo lugar, o que se avaliou foram as condições familiares, não as condições, qualidade e acesso relativos à oferta de bens e serviços públicos ou privados, tão importantes de serem discutidos quanto as condições familiares. Por fim, é óbvio, condições mais ou menos favoráveis, ainda mais analisadas com indicadores indiretos e com o nível de agregação utilizado, devem ser vistas como o que são: indicações e tendências a serem levadas em conta inclusive no planejamento de intervenções públicas, não como algum tipo de condenação social precoce.

## **Bibliografia**

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo : Cia das Letras, 1998. cap 6.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. Comentários. In: *Pesquisa em Eficácia Escolar, origem e trajetórias*. PP. 14-22. In: *Pesquisa em Eficácia Escolar, origem e trajetórias*. PP. 67-73. BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (organizadores). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

COLEMAN, James S. (1988), "Social Capital in the Creation of Human Capital". *American Journal of Sociology*, nº94, S:S95-S120.

Conselho Consultivo Central para Educação (Inglaterra). O lar, a escola e a vizinhança. In: *Pesquisa em Eficácia Escolar, origem e trajetórias*. PP. 67-73. BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (organizadores). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

FERREIRA, F. P. M. *Estrutura Domiciliar e Localização: um estudo dos domicílios com idoso em Belo Horizonte – 1991*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar – da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

FERNANDES, D. C. – *Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor*. In: IPEA/Caixa – Publicação do Concurso de Monografias.

FREITAS, L. B. L. SHELTON, T. L. Atenção a primeira infância nos EUA e no Brasil. In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. Vol. 21 n. 2. Maio-Agosto de 2005, PP. 197 – 205.

GOLDANI, A. M. Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 75-114, 1999.

\_\_\_\_\_. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, n.1, p.67-110, 1993.

HASENBALG, C. A distribuição de Recursos Familiares. In: HASENBALG, C. SILVA, N. V. (organizadores). *Origens e Destinos*. Topbooks editora. Rio de Janeiro, Cap. II pp. 55-84, 2003-A.

\_\_\_\_\_. Primeira Infância. In: HASENBALG, C. SILVA, N. V. (organizadores). *Origens e Destinos*. Topbooks editora. Rio de Janeiro, Cap. III pp. 85-104, 2003-B.

IPEA. PNAD/2009 - Primeiras Análises: Investigando a chefia de família feminina. In: *Comunicado do IPEA #65*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>

KAPPEL. D. B. Índice de desenvolvimento infantil no Brasil: uma análise regional. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 35 maio/ago de 2007, pp. 232-240.

MADAUS, George F.; AIRASIAN, Peter W. ; KELLAGHAN, Thomas. Estudos Empíricos. In: *Pesquisa em Eficácia Escolar, origem e trajetórias*. PP. 74-89. BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (organizadores). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. In: IPEA. *Planejamento e Políticas Públicas*, edição 22 de Dezembro de 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Nota a imprensa publicada em 02 de maio de 2011. Disponível em: <

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/brasil-sem-miseria-atendera-16-2-milhoes-de-pessoas>>.

SCHADY, N. Early Childhood Development in Latin America and the Caribbean. Disponível em: <[http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2006/03/17/00016406\\_20060317163141/Rendered/PDF/wps3869.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2006/03/17/00016406_20060317163141/Rendered/PDF/wps3869.pdf)>

SEM, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. São Paulo, Editora Record, 2008.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v.43, n. 3, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 Mar. 2011

\_\_\_\_\_. Recursos familiares e transições educacionais. In: *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2002, vol. 18 (Suplemento), pp. 67-76. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2002000700008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700008&lng=en&nrm=iso) Acesso em 20 de março de 2011.

TEACHMAN, Jay, PAASCH, Kathleen e CARVER, Karen. (1997), "Social Capital and the Generation of Human Capital". *Social Forces*, vol. 75, nº 4, pp. 1343-1359.

UNICEF. Índice de Desenvolvimento Infantil. In: *Situação da Infância Brasileira 2006*. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/Pags\\_108\\_123\\_IDI\\_Abre.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Pags_108_123_IDI_Abre.pdf)

\_\_\_\_\_. Situação mundial da infância 2008: caderno Brasil. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/cadernobrasil2008.pdf>



## Anexos

**Tabela 1: Renda Domiciliar Per Capita, em salários mínimos, por Região de Planejamento - Minas Gerais - PAD/2009**

Região de Planejamento		Tipo de arranjo domiciliar					Total
		Casal com filhos	Monoparental feminino	Casal com filhos e parentes	Mãe com filhos e parentes	Outros	
Norte	Sem renda	6,0%	1,9%	,0%	6,1%	2,9%	5,4%
	Menos de 1 salário mínimo	88,6%	93,6%	93,0%	87,7%	83,0%	88,7%
	Mais que 1 até 3 salários	4,9%	4,5%	7,0%	6,1%	14,0%	5,5%
	Mais 5 salários	,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,4%
Rio Doce	Sem renda	5,0%	7,3%	,0%	,0%	5,5%	4,3%
	Menos de 1 salário mínimo	77,6%	74,6%	83,8%	94,4%	88,9%	80,2%
	Mais que 1 até 3 salários	13,6%	18,1%	11,0%	5,6%	5,6%	12,4%
	Mais 3 até 5 salários'	2,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,8%
	Mais 5 salários	1,3%	,0%	5,2%	,0%	,0%	1,2%
Zona da Mata	Sem renda	7,9%	5,9%	,0%	,0%	,0%	6,2%
	Menos de 1 salário mínimo	74,5%	75,5%	76,3%	84,4%	82,3%	76,1%
	Mais que 1 até 3 salários	15,6%	15,1%	23,7%	15,6%	17,7%	16,0%
	Mais 3 até 5 salários'	2,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,4%
	Mais 5 salários	,0%	3,6%	,0%	,0%	,0%	,4%
Noroeste	Sem renda	5,5%	6,7%	,0%	,0%	15,1%	5,0%
	Menos de 1 salário mínimo	79,4%	87,3%	53,2%	93,8%	84,9%	80,9%
	1 salário mínimo	,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	,4%
	Mais que 1 até 3 salários	12,5%	6,0%	46,8%	6,2%	,0%	12,1%
	Mais 3 até 5 salários'	1,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,2%
	Mais 5 salários	,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	,4%
Central	Sem renda	5,9%	5,5%	14,0%	,0%	,0%	5,5%
	Menos de 1 salário mínimo	84,4%	94,5%	66,9%	88,8%	71,8%	83,7%
	Mais que 1 até 3 salários	8,5%	,0%	12,8%	11,2%	12,9%	8,9%
	Mais 3 até 5 salários'	,0%	,0%	6,2%	,0%	15,3%	1,0%
	Mais 5 salários	1,2%	,0%	,0%	,0%	,0%	,9%

Continua

Continuação Tabela 1- Renda Domiciliar Per Capita, em salários mínimos, por Região de Planejamento - Minas Gerais - PAD/2009

Região de Planejamento		Tipo de arranjo domiciliar					Total
		Casal com filhos	Monoparental feminino	Casal com filhos e parentes	Mãe com filhos e parentes	Outros	
Sul	Sem renda	9,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,9%
	Menos de 1 salário mínimo	73,5%	91,9%	43,5%	85,4%	87,7%	76,3%
	Mais que 1 até 3 salários	16,0%	8,1%	47,0%	14,6%	12,3%	16,0%
	Mais 3 até 5 salários'	,5%	,0%	9,5%	,0%	,0%	,7%
	Mais 5 salários	,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,2%
Triângulo	Sem renda	8,4%	17,3%	,0%	7,2%	5,1%	8,3%
	Menos de 1 salário mínimo	69,8%	78,8%	67,8%	65,5%	67,7%	69,5%
	1 salário mínimo	1,2%	,0%	,0%	,0%	,0%	,7%
	Mais que 1 até 3 salários	17,7%	3,9%	27,8%	25,5%	22,6%	18,8%
	Mais 3 até 5 salários'	1,6%	,0%	,0%	1,8%	4,7%	1,6%
Alto Paranaíba	Mais 5 salários	1,4%	,0%	4,3%	,0%	,0%	1,1%
	Sem renda	7,5%	10,4%	8,2%	4,4%	,0%	7,1%
	Menos de 1 salário mínimo	73,2%	78,5%	49,4%	76,8%	87,4%	73,7%
	1 salário mínimo	,0%	,0%	,0%	2,5%	,0%	,3%
	Mais que 1 até 3 salários	16,2%	7,2%	32,2%	12,0%	12,6%	15,5%
Centro-Oeste	Mais 3 até 5 salários'	2,5%	,0%	4,7%	2,9%	,0%	2,4%
	Mais 5 salários	,5%	3,8%	5,5%	1,4%	,0%	1,0%
	Sem renda	3,3%	9,7%	,0%	2,3%	,0%	3,3%
	Menos de 1 salário mínimo	70,2%	90,3%	50,3%	71,1%	46,6%	69,9%
	Mais que 1 até 3 salários	24,9%	,0%	49,7%	26,5%	45,4%	25,3%
Jequitinhonha/Mucuri	Mais 3 até 5 salários'	,8%	,0%	,0%	,0%	8,0%	,9%
	Mais 5 salários	,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	,5%
	Sem renda	6,7%	5,0%	,0%	2,9%	2,5%	5,7%
	Menos de 1 salário mínimo	83,6%	70,9%	73,0%	85,4%	95,3%	83,7%
RMBH	Mais que 1 até 3 salários	7,9%	9,9%	19,9%	8,6%	2,1%	8,0%
	Mais 5 salários	1,7%	14,2%	7,1%	3,0%	,0%	2,6%
	Sem renda	5,4%	2,8%	,0%	2,6%	7,5%	4,6%
	Menos de 1 salário mínimo	74,3%	93,6%	90,3%	76,3%	77,4%	76,7%
	Mais que 1 até 3 salários	16,0%	3,5%	6,8%	21,1%	15,2%	15,6%
	Mais 3 até 5 salários'	1,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,2%

Mais 5 salários 2,6% ,0% 2,9% ,0% ,0% 2,0%

**Tabela 2 – RDPC (1) por faixa etária da população jovem de Minas Gerais – PAD/MG 2009**

Faixa Etária	Sem renda	Menos de 1 salário mínimo	De 1 até 3 salários	Mais 3 até 5 salários'	Mais 5 salários	Total
0 a 6 anos	5,2%	80,4%	12,5%	1,0%	,9%	100%
7 a 13 anos	4,8%	80,7%	12,6%	1,2%	,7%	100%
14 a 17 anos	6,4%	76,1%	15,9%	1,1%	,4%	100%
<b>Pop. jovem</b>	<b>5,3%</b>	<b>79,5%</b>	<b>13,4%</b>	<b>1,1%</b>	<b>,7%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informação (CEI), Pesquisa de População por Domicílio de Minas Gerais (PAD) 2009

(1) Salário mínimo vigente em maio de 2009 - R\$465.

**Tabela 3 Distribuição das famílias das crianças na primeira infância de acordo com as faixas de pobreza e indigência de acordo com RP – PAD/MG 2009**

Região de Planejamento	Linha de indigência	Linha de pobreza	Não Pobres
Norte	23,80	42,8	33,40
Rio Doce	13,30	28,8	57,90
Zona da Mata	13,40	23,8	62,80
Noroeste	12,70	21,1	66,20
Central	13,10	24,1	62,80
Sul	14,10	18,2	67,70
Triângulo	12,30	13,7	74,00
Alto Paranaíba	11,00	15,7	73,30
Centro-Oeste	4,50	12,8	82,70
Jequitinhonha/Mucuri	24,50	30,3	45,20
RMBH	12,10	33,5	54,40
MG	14,1	27,5	58,4